

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

**Contratação de serviços jurídicos por *app*:
aviltamento ou transformação da profissão?**

Augusto Martinez

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Versão de 23.09.2019

1. Tema, contexto, e modelo de pesquisa predominante

Dois fatores iniciados em meados da década de noventa estão a acarretar hoje profunda transformação no mercado de serviços jurídicos, a saber: a informatização e a significativa expansão do número de cursos e vagas no ensino jurídico. Quanto ao primeiro desses fatores, embora o art. 1º, §1º da Lei 8.906/94 diga que é atividade privativa da advocacia a postulação perante órgão do Poder Judiciário e nos juizados especiais, a evolução dos meios tecnológicos havida desde àquela época, acabou por abalar essa espécie de reserva de mercado, sobretudo no que toca a realização de pequenas diligências, vez que o acesso aos autos judiciais ficou mais fácil para qualquer cidadão independentemente de qualificação específica.

Já no que concerne ao segundo fator, desde 1995 até 2017 houve um incremento de cerca de 600% (*seiscentos por cento*) no número de cursos jurídicos do país. Reflete-se tal expansão, por consequência, no mercado de advogados e sua concorrência, o que faz do Brasil um dos países com maior concentração de advogados por habitante no mundo.

Em meio a este contexto, o presente trabalho que adotará a forma de estudo de caso pesquisará o advento da contratação de serviços jurídicos por meio de aplicativos (*app*) como “*Diligeiro*” ou “*Correspondente Express*” em que o contratante, sem conhecer a expertise do contratado, pode estipular livremente o prazo e o preço pelos serviços a serem contratados. O que mudou no mercado para possibilitar a introdução dessa nova forma de contratação, como esta nova forma de busca por profissionais tem afetado a profissão e se existe necessidade de alguma mudança regulatória para adaptar-se a essa nova realidade são perguntas que pretendemos responder.

2. Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso

[Q1] Como surgiu a idéia da criação de aplicativo para contratação de advogado correspondente? Contexto, desenvolvimento, dificuldades e serviços oferecidos pelo aplicativo.

[F1] Será entrevistado *CEO* ou pessoa por ele delegada do *Diligeiro* ou da AB2L.

[Q2] O que mudou no mercado jurídico e tecnológico para que se possibilitasse a criação desses serviços?

[F2] Será feita uma reflexão pessoal do Autor com fulcro em prévia coleta de dados estatísticos junto à OAB/MEC bem como entrevistas com atores da área (advogados, estagiários, AB2L e Diligeiro).

[Q3] Do ponto de vista fático é possível que pessoas que não sejam advogadas ou estagiárias de direito possam executar parte destes serviços, como diligências, p. ex?

[F3] Serão entrevistados o *CEO* ou pessoa por ele delegada do *Diligeiro* ou da AB2L, coleta de dados estatísticos junto a OAB, bem como entrevistas com atores da área (advogados, estagiários, AB2L).

[Q4] O que a legislação de ética profissional da OAB prescreve sobre o tema? Há necessidade de mudança na regulação legal?

[F4] Será pesquisada a legislação sobre o tema e entrevistados dirigentes e representantes do Tribunal de Ética Profissional da OAB.

[Q5] Tal oferecimento desses serviços constitui transformação ou aviltamento da profissão?

[F5] Será feita coleta de dados da área jurídica e entrevistas com atores que defendem ambas as posições e ao final uma reflexão pessoal do Autor.

[Q6] Há necessidade de alguma mudança na regulação feita pela OAB quanto a honorários de alguns serviços jurídicos?

[F6] Com base nos dados colhidos será feita uma reflexão do Autor e apresentada sugestão de alteração regulatória.

3. Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto

Tal assunto tem relevância prática e caráter inovador, uma vez que é assunto recentíssimo no direito brasileiro a contratação remota ou por sistema de telemática de profissional do direito para realização de diligências.

Também terá potencial de impacto à medida que consolidada tal prática mostra-se que a profissão de advogado passa por uma tremenda transformação à luz da evolução tecnológica, sendo necessária alteração de regulação legal da profissão.

4. Familiaridade com objeto da pesquisa

Atuação na advocacia por 15(quinze) anos.

5. Bibliografia Preliminar

<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-tem-mais-cursos-de-direito-do-que-todos-os-outros-paises-do-mundo-juntos/>

Exame da Ordem em números, OAB Conselho Federal, FGV projetos,

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO MERCADO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	10
1.1 Advocacia 1.0 (até 1995): Da <i>Remington</i> ao <i>Windows 95</i> em 10 anos.....	12
1.2 Advocacia 2.0 (1995 – 2000): <i>Windows 95</i> e Impressoras Matriciais.....	13
1.3 Advocacia 3.0 (2001-2013): Novas tecnologias alteram o mercado jurídico.....	15
1.4 Advocacia 4.0 (2014-): A digitalização do processo e das rotinas internas.....	19
2. A EXPANSÃO DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL E SEU IMPACTO NO MERCADO PROFISSIONAL.....	20
2.1 A expansão dos cursos jurídicos no Brasil.....	25
2.2 Expansão de outros cursos universitários.....	28
2.3 Reflexos no mercado de advogados	29
2.5 Proporção de advogados por habitante comparado a outras profissões	30
2.5 Relação advogado/habitante em outros países.....	32
3. TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS.....	33
3.1 Novas tecnologias disruptivas.....	33
3.2 AB2L: Lawtechs e Legaltechs.....	35
3.3 E o futuro? Como será a Advocacia 5.0?	37
4. APLICATIVOS DE CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS CORRESPONDENTES.....	39
4.1 Contexto, desenvolvimento e dificuldades.....	40
3.2 Serviços oferecidos pelos aplicativos.....	45
3.3 Aviltamento ou transformação da profissão?	47
5. Tabela de Honorários da OAB	
3.1 Evolução histórica de preços da tabela da OAB.....	50
3.2 Cobrança de valores abaixo da tabela e infração ética.....	51
3.2 Necessidade de revisão da tabela frente às inovações tecnológicas.....	53
6. CONCLUSÃO	